

# FICHA DOS OBJETIVOS PROCESSUAIS/AÇÕES A DESENVOLVER

## Procuradoria da República da Comarca de Porto Este

**2018**

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ANUAIS	OBJETIVOS PROCESSUAIS/ AÇÕES A DESENVOLVER
A. ÁREAS PRIORITÁRIAS	
A.1 Proteção das vítimas	<p>1 – Manter a articulação com as Redes Sociais dos Municípios, com vista ao alargamento da rede de proteção das vítimas de violência doméstica e ao trabalho coordenado entre os O.P.C.'s (militares interlocutores da G.N.R./N.I.A.V.E.) e o Ministério Público no D.I.A.P. e na Família e Menores e as valências na Rede Social, dando especial atenção aos protocolos já celebrados com os C.L.A.S. da maioria dos núcleos e estendendo tal protocolo aos núcleos de Amarante e Paços de Ferreira, promovendo essas reuniões com os interlocutores desses protocolos;</p> <p>2 – Continuar a articular com os interlocutores dos O.P.C.'s (Pontos de Contacto da Guarda Nacional Republicana) a intervenção das situações respeitantes às vítimas de violência doméstica, com vista à uniformização de procedimentos e estabelecimento de boas práticas de investigação (realização de reuniões programadas com os magistrados designados para a investigação da tipologia dos</p>

	<p>crimes de violência doméstica, maus-tratos e contra a liberdade e autodeterminação sexual e também com os magistrados da Família e Menores);</p> <p>3 – Continuar a sensibilização, para uma atuação cada vez articulada, a nível social e judicial com vista a evitar a revitimização, recorrendo às declarações para memória futura e à realização de diligências respeitantes ao arguido de forma concertada com as C.P.C.J.'s, quando estas têm competência para intervirem (designadamente quando as testemunhas/vítimas são menores);</p> <p>4 – Através de reuniões programadas com os militares da G.N.R., capacitados com o curso I.A.V.E., promover a realização de ações formativas e reuniões, para que as declarações/inquirições das vítimas e testemunhas sejam o mais objetivas e mais completas possíveis, quando realizadas naqueles O.P.C.'s ou pelos funcionários da carreira do Ministério Público com competências de investigação delegadas; assim como a correta interpretação e preenchimento das fichas de R.V.D.;</p> <p>5 – Reforçar a sensibilização dos magistrados do Ministério Público para que recorram ao regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica, nos termos da Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro - Diário da República, n.º 178, I Série, de 14.09.2009, alterada pela Lei n.º 121/2015, de 1 de Setembro;</p>
A.2 Direito das Crianças e Jovens	<p>1 – Continuar a melhorar, organizar e monitorizar o atendimento ao público, promovendo o atendimento célere e eficaz para situações de maior urgência;</p> <p>2 – Melhorar, organizar e monitorizar os procedimentos de</p>

acompanhamento das C.P.C.J., nomeadamente, dada a colocação de um 4.º magistrado do Ministério Público, reduzindo os intervalos de tempo entre as fiscalizações dos processos obrigatórios, fazendo-os coincidir com os prazos previstos na Circular 3/2006 da P.G.R.;

3 – Continuar a desenvolver procedimentos de articulação entre as secções do Juízo de Família e Menores e do Juízo de Competência Genérica de Baião e as entidades/instituições de assessoria e apoio aos processos que aí se tramitam;

4 – Assegurar as visitas dos magistrados do Ministério Público às instituições instaladas na área desta comarca que ainda o não foram no ano judicial anterior, designadamente a “A.R.T.” de Marco de Canavezes e a “Casa do Gaiato” de Penafiel, conhecendo aprofundadamente a sua realidade bem como das crianças/jovens aí integrados/acolhidos e ouvir os seus anseios e críticas, contactando também os respetivos técnicos e equipas diretivas com vista a perceber, em pormenor, qual a ideia representada sobre o contacto com a realidade judicial no âmbito dos processos concretos e áreas de melhoria ao nível da interação conjunta;

5 – Continuar a monitorizar as implicações, vantagens e eventuais dificuldades surgidas na aplicação quotidiana das alterações legislativas decorrentes da chamada “reforma do direito da família e das crianças” implementada em 2015, com as alterações da L.P.C.J.P., L.T.E. e regime jurídico das providências tutelares cíveis (Lei nº 141/2015, de 08/09, vulgarmente conhecida como R.G.P.T.C.);



<p>A.3 Direitos dos Trabalhadores</p>	<p>1 – Continuação do atendimento ao público por Magistrado do Ministério Público, às terças, quartas e quintas-feiras e sem lista de espera;</p> <p>2 – Monitorização da aplicação do protocolo celebrado com o G.M.L.F. de Penafiel e manter, sempre que necessário reuniões com a A.C.T. para cumprimento do protocolo celebrado com a P.G.D. do Porto e às Comarcas que a integram;</p> <p>3 – Continuar a dar prioridade aos processos de acidente de trabalho mais graves, nomeadamente mortais e com I.P.P. elevada, e nos de Contrato de Trabalho continuar a dar prevalência às realizações de tentativas de conciliação em Processo Administrativo para obter acordo e assim consagrando-se soluções a contento de todos sem necessidade de recorrer à via judicial porque o litígio foi resolvido por acordo e com pagamento efetuado ao trabalhador;</p> <p>4 – Continuação da articulação com os colegas junto do Juízo do Comércio nos termos em que vem sendo feita, na promoção de reclamação dos créditos salariais dos trabalhadores e outros;</p>
<p>A.4 Jurisdição Cível</p>	<p>1 – Providenciar por uma eficaz representação do Estado nas acções em que seja parte, promovendo uma melhor articulação com as entidades estatais respetivas;</p> <p>2 – Implementar na Comarca, incentivando os Magistrados da área cível para as ações e procedimentos em defesa do consumidor, designadamente no que se refere à atividade em ambiente digital;</p> <p>3 – Continuar a promover canais de comunicação com os demais intervenientes na Rede Social dos vários municípios da Comarca do Porto Este tendo em vista melhorar a qualidade da resposta na adoção das medidas de proteção jurídica dos incapazes,</p>

	<p>especialmente as pessoas com anomalia psíquica, quer agilizando os procedimentos que conduzem à interdição ou inabilitação quer monitorizando posteriormente o exercício das funções dos tutores ou curadores nomeados;</p> <p>4 – Promover a articulação dos magistrados da jurisdição cível com os magistrados das outras jurisdições, nomeadamente tendo em vista a iniciativa processual em defesa dos incapazes, diligenciando por uma adequada defesa processual dos incapazes, incertos e ausentes, quer agindo a título principal quer no âmbito da intervenção acessória, nomeadamente requerendo a curadoria provisória ou definitiva dos bens do ausente sempre que se justificar;</p> <p>5 – Continuar a promover o atendimento ao público e as inquirições no âmbito dos processos administrativos diretamente pelos magistrados, nomeadamente nos processos que têm em vista a interdição, por forma a informar e esclarecer as pessoas indicadas para tutor e vogais do conselho de família do significado da interdição e da natureza e amplitude das funções do tutor e dos vogais do conselho de família;</p>
A.5 Jurisdição do Comércio	<p>1 - Representação da Autoridade Tributária e Aduaneira:</p> <p>a) Continuar a assegurar a representação da Autoridade Tributária e Aduaneira no processo de insolvência e processos especiais de revitalização, elaborando todas as reclamações de créditos, impugnações às reclamações de créditos, emissão de votos, interposição e resposta a recursos, etc;</p> <p>b) Continuar a assumir uma postura proactiva sempre que no</p>

	<p>decurso da tramitação dos processos judiciais sejam detetadas falhas de comunicação e constrangimentos, contribuindo para a boa articulação entre as várias Direções de Serviços e Serviços Periféricos e o Tribunal;</p> <p>2 - Representação dos Trabalhadores:</p> <p>a) Continuar a assegurar a representação de todos os trabalhadores que o solicitem no processo de insolvência e processos especiais de revitalização;</p> <p>b) Continuar a contribuir para a eficaz articulação com os magistrados do Ministério Público do Trabalho, sempre que as situações concretas o justifiquem;</p> <p>c) Presidir ao atendimento ao público e fazê-lo no mais curto espaço de tempo possível;</p>
<b>B. QUALIDADE DA AÇÃO</b>	
B.1 Coordenação	<p>1 – Reforçar a intervenção da Magistrada do Ministério Público Coordenadora na promoção da agilização e articulação da atividade de todos os magistrados da comarca, na criação de redes de contacto e circuitos informais de partilha de informação e de boas práticas, na promoção da reflexão conjunta sobre as melhorias da atuação do Ministério Público;</p> <p>2 – Discussão de todas as questões controversas e pertinentes nas reuniões com os Coordenadores e Imediatos Superiores Hierárquicos que, nas audiências de julgamento, se suscitem para posterior discussão em reunião e eventual tomada de posição uniforme pelo Ministério Público;</p> <p>3 – Continuar com a realização de reuniões formais com os Magistrados do Ministério Público e, sempre que tal se justifique,</p>



	<p>reunir informalmente;</p> <p>4 – Reforçar o desenvolvimento para uma melhor articulação e colaboração com todos os membros do órgão de gestão da comarca;</p> <p>5 – Manter a realização periódica de reuniões sectoriais, de forma a uma melhor articulação entre as várias jurisdições;</p> <p>6 – Implementar a criação de uma rede para proteção do idoso;</p> <p>7 – Continuar a monitorizar o protocolo celebrado com o CLAS para a Violência Doméstica, alargando-o à proteção do idoso;</p> <p>8 – Reforçar a manutenção das reuniões periódicas com os O.P.C.'s (P.J., G.N.R. e N.I.C.);</p>
<p>B.2 Reforço da direção efetiva do inquérito</p>	<p>1 – Manter as secções especializadas já criadas – 1.<sup>a</sup>Secção de Penafiel e 1.<sup>a</sup> Secção de Paredes, bem como a especialização da Violência Doméstica, e se o quadro de Magistrados e funcionários o permitir tentar implementar a especialização da cibercriminalidade;</p> <p>2 – Assunção do efetivo controlo do inquérito, promovendo, articulando e coordenando com os O.P.C.'s, a definição do plano de investigação, nos processos novos;</p> <p>3 – Manutenção das reuniões periódicas com os O.P.C.'s (P.J., G.N.R. e N.I.C. da A.T./ I.S.S);</p> <p>4 – Nos processos com um registo de pendência anterior ao ano de 2015, estabelecer reuniões periódicas com os O.P.C.'s, designadamente a PJ, para que, nos inquéritos ali em investigação, sejam avaliadas as diligências efetuadas, delineado o plano da investigação ainda em falta assim como definido o prazo para a sua conclusão;</p> <p>5 – Proceder, sempre que possível, ao interrogatório não judicial de</p>

	<p>todos os arguidos em especial nas situações em que se afigure viável a aplicação de suspensão provisória do processo, explicando-lhe convenientemente o referido instituto e promovendo o uso de sistemas de gravação áudio sempre que possível;</p>
<p>B.3 Visão integrada da intervenção do Ministério Público nas diferentes fases processuais e instâncias</p>	<p>1 - Promover uma articulação mais próxima entre os magistrados dos vários núcleos do D.I.A.P. e do Juízo de Instrução Criminal.</p> <p>Para tanto:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Continuar a monitorizar as decisões instrutórias/despachos e outros não compatíveis com a posição anteriormente assumida pelo Ministério Público nas sucessivas fases do processo;</li> <li>b) Continuar com as comunicações, pelo Senhor Procurador da República junto da secção central de Instrução Criminal, aos respetivos titulares dos inquéritos dos despachos/promoções relativamente a todas as decisões desfavoráveis, com conhecimento à magistrada Coordenadora;</li> <li>c) Esta comunicação é acompanhada sobre a ponderação e motivação, pelo referido Procurador da República, sobre se será ou não interposto recurso da decisão desfavorável, como forma de promover e articular a intervenção do Ministério Público entre as várias jurisdições e nas diferentes fases processuais;</li> </ul> <p>2 – Continuar a articulação entre os magistrados responsáveis pela representação do Ministério Público junto dos Juízos Criminais e os magistrados do D.I.A.P./ secção de inquéritos, com vista a otimizar a representação do Ministério Público nos julgamentos e fase de recursos, com o uso das sinergias e conhecimentos que lhes são</p>



	intrínsecos, reporte e sinalização das questões que se suscitem na fase de julgamento;
B.4 Valorização da intervenção em julgamento	<p>1 – Continuar a melhorar, se possível, a intervenção do Ministério Público em julgamento com recurso à partilha de informação com o magistrado que propôs a ação e/ou deduziu a acusação, através de contactos informais e/ou reuniões concertadas;</p> <p>2 – Continuar a promover o fluxo de informação sobre as decisões proferidas em 1.<sup>a</sup> instância e em sede de recurso, para melhoria e aperfeiçoamento dos articulados e melhor sustentação da prova;</p> <p>3 – Continuar com a sinalização aos respetivos magistrados das boas e/ou más práticas observadas – dinamizando a fiscalização das decisões judiciais e sinalizar aspetos de articulação com a atividade do D.I.A.P., no que concerne aos aspetos carecidos de qualificação técnico-processual com influência na fase de julgamento;</p> <p>4 – Exercício do controlo efetivo das decisões judiciais de absolvição com vista ao eventual recurso;</p>
<b>C. CELERIDADE</b>	
C.1 Decisão de mérito em tempo útil	<p>1 - Relativamente aos processos criminais na fase de inquérito, continuar com o incremento das formas simplificadas de processo (sumário, sumaríssimo e abreviado);</p> <p>2 – Continuar com a implementação das soluções de consenso recorrendo aos institutos de consensualização em percentagem tendencialmente superior a 55% dos processos em que tenham sido recolhidos indícios suficientes da prática de crime e de quem foram os seus autores sempre que se encontrem reunidos os pressupostos legais para o efeito e se afigure que a sua aplicação</p>

	<p>permite atingir as finalidades de política criminal;</p> <p>3 – Sinalização pelo magistrado do Juízo de Instrução Criminal das boas e/ou más práticas observadas, promovendo a adequada e proporcional injunção aplicada face ao indiciado crime, atendendo-se aos motivos de prevenção geral e especial e às condições socioeconómicas do agente, sinalizando também os aspetos carecidos de qualificação técnico-processual com influência da decisão do J.I.C.;</p> <p>4 – Zelar pela manutenção e rigor da informação da base de dados das suspensões provisórias no S.I.M.P., seja por inserção dos funcionários ou dos magistrados;</p> <p>5 - Dar preferência aos processos com arguidos constituídos, preferindo os que se encontram com medidas detentivas seguidos daqueles que têm aplicadas medidas de coação mais graves que o T.I.R.;</p> <p><b>6 - Reduzir as pendências:</b></p> <p>a) Até ao final do ano de 2018 encerrar todos os inquéritos iniciados até 31-12-2015;</p> <p>b) Reduzir a pendência de inquéritos com mais de 8 meses para percentagens tendencialmente inferiores a 33% do total das pendências, melhorando o resultado já obtido;</p> <p>7 - Encurtar os prazos máximos de duração do inquérito, para cerca de 5 (cinco) meses apenas para as Secções Genéricas;</p> <p>8 - Diminuir os tempos de prolação de despacho nos processos, relativamente à data da conclusão e reduzir a prática de atos;</p> <p>9 - Iniciar o ano de 2018 sem processos pendentes respeitantes ao ano de 2014;</p>
--	---

	<p>10 - Proferir, pelo menos, tantos despachos de encerramento de inquérito quanto o número de inquéritos entrados, assim se mantendo a pendência;</p> <p>12 - Relativamente aos inquéritos de violência doméstica e maus tratos (não se incluem os crimes contra a autodeterminação sexual por a sua investigação estar legalmente reservada à P.J.) continuar a proferir despacho de encerramento de inquérito/suspensão provisória no prazo máximo de 5 meses a contar da autuação do inquérito.</p> <p><b>Tudo com as seguintes ressalvas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. dos processos que se encontram provisoriamente suspensos ao abrigo do artigo 281º do Código de Processo Penal;</li> <li>b. dos que se encontram suspensos nos termos do artigo 40º e 47º do R.G.I.T. (nos T.A.F.'s);</li> <li>c. daqueles cuja investigação está legalmente reservada à Polícia Judiciária ou outro O.P.C., com verificada carência de recursos (materiais e humanos);</li> <li>d. dos processos que aguardam cumprimento de diligências rogadas;</li> <li>e. dos processos que aguardam a elaboração de pareceres/perícias (nomeadamente Conselho Médico Legal, ao instituto do Turismo, etc.);</li> </ul> <p>13 – Continuar a monitorizar a pendência processual, mormente dos processos há mais de 8 meses, com vista à identificação das situações problemáticas, de volume de serviço excessivo, e à</p>
--	--



	<p>adoção de medidas gestionárias para a sua diminuição:</p> <p>c) Continuar a afetar processos a magistrado diferente do seu titular e/ou de núcleo diferente;</p> <p>d) Reforço de funcionários;</p> <p>14 - Monitorização dos processos pendentes há mais de 8 meses e por crimes fiscais que se encontrem suspensos há mais de dois anos, ao abrigo do disposto no art.º 42.º e 47.º do R.G.I.T. para suscitar a resolução ao C.S.T.A.F.;</p> <p>15 – Implementar a elaboração de plano de recuperação e encerramento dos inquéritos mais antigos e/ou atrasados;</p>
--	---

Porto Este, 20 de novembro de 2017

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora



(Maria José Eleutério – Procuradora da República)